

Sucesso relativo aos incêndios não pode ser motivo para esquecer “reforma profunda das florestas”, alerta Costa

4 de Março, 2021

Após a reunião do Conselho de Ministros desta quinta-feira, dedicada ao tema das florestas, o **Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa**, falou aos portugueses, lembrando a tragédia de Pedrógão Grande em 2017, e a importância dada em trabalhar o contexto: “Não apenas combater os incêndios, mas prevenir”, exemplifica, referindo que esse trabalho significou “trabalhar o ordenamento do território, conhece melhor o território, ter o cadastro, intervir” e, depois, ter “uma visão conjunta” que não era apenas a da “proteção civil ou da administração interna” mas, antes, uma “estratégia que envolvia todo o país”, declara.

Segundo Marcelo Rebelo de Sousa, neste Conselho de Ministros foram aprovados vários diplomas mas, sobretudo, foi “debatida e apreciada” aquilo que é uma “estratégia nacional “que visa “prevenir muito mais do que combater os fogos florestais” e “intervir naquilo que é decisivo para que haja ou não fogos florestais”. Desta forma, “houve diplomas” em torno do “ordenamento do território, da gestão integrada dos incêndios florestais” e, também, “diplomas sobre a matéria específica da proteção civil”, sustenta.

[Agir, sobretudo, naquilo são os elementos estruturais]

Por seu turno, o **primeiro-ministro, António Costa**, lembra que, desde 2017, o mais importante foi ter “deslocalizado o tema da floresta do flagelo do fogo para aquilo que são as causas profundas” em que “o fogo é o sinal mais visível”: o “desordenamento do território e da paisagem”, o “abandono do interior” e a “perda do valor económico das florestas”. Por isso, alerta, “se queremos ter uma florestas resiliente”, que “contribua para enriquecer o país” ou para “criar melhores condições de vida” é fundamental “agir”, sobretudo, naquilo são os “elementos estruturais”. E aquilo que de “mais importante” foi aprovado neste Conselho de Ministro são “os instrumentos” que têm que ver com o “ordenamento do território”, o “ordenamento da paisagem”, as “intervenções para uma gestão integrada do espaço rural”, o “desenvolvimento das valências da proteção civil preventiva”, a “qualificação de todos os que são chamados a intervir nos combate aos incêndios florestais” e o “reforço dos meios aéreos confiados à força aérea”.

António Costa lembrou que se tratam de processos longos, deixando um alerta para aquele que pode ser o maior risco que Portugal corre: “Cada vez que temos sucesso na diminuição do número de incêndios ou na dramaticidade dos seus efeitos ir desmobilizando na determinação que temos que ter para fazer a transformação de fundo”. E o sucesso relativo às áreas ardidas e à diminuição de incêndios não pode ser motivo para que se esqueça o mais importante, isto é a “reconstrução da paisagem” e a “reforma profunda da florestas”, sendo

esse o “maior combate” das próximas décadas.

No fim da sessão, António Costa entregou simbolicamente um bonsai ao Presidente da República: “Nada melhor do que deixar nas mãos do Presidente a continuidade do combate e perseverança”, declarou.